-de-obra mitaya, a organização institucional-político-administrativa da Audiencia de Charcas e a organização eclesiástica da mesma. Do mesmo modo que Guillermo Ovando-Sanz, esclarece e prova que nunca se conheceu o território da Bolívia por Alto-Peru ao menos na fase colonial. Outro aspecto positivo está no empenho do Autor de provar que a Bolívia não teve formação histórica distinta, como afirmaram alguns historiadores da escola romântica que "balcanizaram" a fase colonial com o propósito de justificar as fronteiras nacionais do século XIX. De fato, a América Espanhola, na fase colonial se caracterizou muito mais pela intercomunicação regional que pela fragmentação ou comportamento estanque, se comportou muito mais como um sistema de "vasos comunicantes". Procuraremos comprovar esta articulação através de nosso trabalho sobre o "complexo potosino". Houve um certo impulso direcional, ou melhor, multidirecional: a área andina querendo romper para o Atlântico e vice-versa. Achamos válida a afirmação do autor: "la história del siglo XVI de Bolivia es la historia del Rio de la Plata" (p. 67).

É verdade que dedicou um capítulo à conquista espiritual do território de Charcas (p. 371 a 380), todavia, não devia omitir a cultura, sobretudo a arquitetura, escultura e pintura. José de Mesa, Teresa Gisbert e Mario Chacón Torres são especialista neste campo. Os três vem publicando trabalhos originais.

Em linhas gerais, a obra do Autor, é válida, apesar de excursionar na histórica econômica, a mesma se enquadra na história política e não social. Percebemos o seu propósito de elucidar as "entradas" interioranas, de situar Nuflo de Chaves no panteão ao lado de outros grandes conquistadores. Oxalá que este trabalho desperte a elaboração de várias monografias que propiciem o conhecimento do século XVI boliviano em seus múltiplos aspectos.

O prefácio não constitui síntese feliz. Aliás, ao nosso ver, trata-se de introdução e não prefácio. A conclusão em têrmos metodológicos é válida, procurar focar o presente para esclarecer o passado. Através dela o Autor rompe com a história tradicional que situa os fatos sobre os trilhos cronológicos. É um livro que merece ser lido. É pena que lhe falte maior rigor na citação bibliográfica, nas notas de rodapé. É pena que ao excursionar na história do Brasil cometa certos deslizes.

JACIRO CAMPANTE PATRÍCIO

*

* *

MOTA (Carlos Guilherme). — *Atitudes de inovação no Brasil (1789-1801)*. Lisboa. Livros Horizonte. 1970. Apresentação de Victorino de Magalhães Godinho.

O presente trabalho constitui a tese de mestrado apresentada pelo Autor em 1967, na Universidade de São Paulo, com o título de *Idéia de Revolução no Brasil no Final do Século XVIII: Contribuição ao Estudo das Formas de Pensamento na Colônia*.

A partir do período crítico do final do século XVIII, tomado aqui como ponto de inflexão dentro de um momento histórico que ganharia sentido através da noção de "Revolução Atlântica", (não aceita integralmente na obra em apreço) o Autor mostra como as estruturas econômicas e sociais permeavam as imagens construidas no universo mental de então. Nessa perspectiva, propõe-se à luz de uma postura metodológica renovadora o reexame de uma documentação *não inédita*. Abandona-se o procedimento esquemático e simplista, seja através do "didatismo", ilusório, onde as instâncias são vistas separadas, umas às outras, seja através da relativização das "generalizações". Ao contrário, o estreito relacionamento entre os níveis (político, social, econômico, mental, etc.) se inscreve como fundamento básico de um estudo histórico das formas de pensamento. A objetivação do homem sobre a realidade se realiza com a linguagem, com o fazer e, por isso, mesmo à medida que a objetivização surge com a ação dos homens, ela lhe é indissociável. Efetivamente, não se refere aqui ao homem enquanto tal, mas ao homem histórico concreto. Nesse sentido, os contornos e matizes específicos da situação do Brasil, ao final do século XVIII, foram amplamente enfatizados pelo Autor não apenas quanto às diferenciações regionais que assumiram as tentativas de movimentos revolucionários (expressas nas "inconfidências"), mas também e principalmente quanto a dimensão *colonial*, categoria inclusiva em função da qual todas as articulações se estabelecem.

Na segunda metade do século XVIII, a economia européia teve seu centro dinâmico deslocado da Península Ibérica para a Inglaterra. Tal reequacionamento no sistema colonial manifestou-se de forma decisiva nos subsistemas sendo que alguns (como o caso luso-brasileiro) já apresentavam traços marcantes de lenta desintegração a partir da configuração de um mercado de concorrencia nas Antilhas, em meados do século XVII. O predôminio inglês se instaurou em Portugal por meio da comercialização estagnando a indústria local e obtendo tarifas preferenciais de comércio. Seus horizontes de interferência atingem igualmente o Brasil, onde operou no sentido de promover-lhe a emancipação política, mantendo-o, assim, como mercado reintegrado à nova dinâmica.

Do ponto de vista interno, os marcos mais preeminentes dêsse processo estão na reestruturação da sociedade brasileira, tanto no âmbito quantitativo (aumento demográfico), quanto na esfera qualitativa (com a diversificação na estrutura social e consequente ruptura no equilíbrio dualista — senhores e escravos — da antiga organização social em moldes escravistas). Uma diversificação nestes níveis teve tríplice implicação: permitiu o aparecimento de camadas que depois

de constituíram nos suportes de um tipo de comportamento que se define como desajustado, nos marcos de uma "mentalidade oficial"; deu lugar a um afrouxamento nas relações de dependência, o que implicou numa maior mobilidade social, não apenas em relação ao espaço geográfico, mas em relação também à própria estrutura social. A participação dos imigrantes europeus foi decisiva nestas mudanças.

A crise no antigo subsistema colonial português é percebida no instante em que se projetou, dentro do universo mental, a consciência de que se estava atravessando uma etapa crítica, ou seja, um momento de ruptura nos três componentes básicos do Antigo Regime: colonialismo, absolutismo e mercantilismo. A tomada de consciência desta situação de crise não era vislumbrada tão sòmente nos limites do subsistema em pauta, mas incluía também os quadros do sistema colonial, encarado como entidade abrangente.

Passo a passo, a análise se abre para a problematização. Percebe-se que não há indiferenciação no nível das idéias revolucionárias, o que implica seguramente na constatação de que inexistiu coesão no nível dos agentes. Desta forma, as variantes regionais imprimiram matrizes *específicas* à idéia de revolução, a qual brotou em flagrante oposição à mentalidade colonizadora, até então vigente. Nessa medida adquire particular expressividade a *noção de propriedade,* invariàvelmente projetada no universo mental, de modo explícito ou implícito. Se o subsistema em crise tinha na propriedade um dos seus elementos fundamentais, havia sem dúvida uma simetria entre o desenvolvimento da colonização e o fortalecimento da propriedade. A contradição se estabelece, entretanto quando se nota que o fortalecimento da propriedade, gerando situações de privilégio, acarretaria decididamente na posição através de comportamentos discordantes dêste particularismo. Foi o que se verificou, por exemplo, com o *sentimento de pátria* emergente nos quadros da época. Definido pela ótica colonizadora, foi caracterizado como *subversivo* pois que era nítidamente anti-colonialista. A partir disso, é possível também compreender os movimentos revolucionários, a exemplo do que mostra o Autor, graças ao estudo do comportamento anti-revolucionário, representado aqui da forma mais ou menos unívoca pelas Devassas, pelo direito, pelos setores burocráticos e militares e pelos demais setores informados pela perspectiva do colonizador. A propriedade, razão do subsistema, enquanto o promovia, acelerava sua desintegração.

A vinculação da análise à propriedade recoloca o problema dos modelos. Em Minas Gerais, o movimento esteve liderado por proprietários (como o Padre Carlos Corrêa de Toledo) ou por elementos ideològicamente a êles comprometidos (como Tiradentes), transparecendo em ambos atitudes "classistas" e valorizadoras da propriedade. Assim sendo, o desajuste é muito mais enfàticamente colonial do que social o que explica a repercussão aí alcançada pelo modêlo norte-americano. Na Bahia, ao contrário, eram os pequenos artesãos, os militares

hieràrquicamente inferiorizados e os ex-proprietários que lideravam o processo revolucionário. Mesmo que aflorasse ainda um comportamento preconceituoso entre êles (como no caso de Lucas Dantas), distinguiam-se por atitudes anti-religiosas e anti-proprietárias (como em Manuel de Santa Ana), a despeito mesmo de entre êles estar um Cipriano Barata, elemento apegado à propriedade. O movimento, embora não deixasse de postular uma rejeição à situação colonial, mostrava implicações marcantes de ordem social. Daí o fato de terem se inclinado muito mais para um modêlo francês.

Entre as formas de pensamento intermediárias é expressiva a figura de Luis dos Santos Vilhena, que embora percebesse com rara sensibilidade os problemas econômicos e sociais de sua época, deixava transparecer, no nível político, que as respostas por êle propostas eram formuladas alienadamente, desembocando num reformismo ilustrado.

Por fim, impõem-se observação colateral. Se o uso do conceito de "Revolução Atlântica" (Godechot) comporta larga dosagem polêmica, é expressiva a matização estabelecida pelo Autor, através da qual é possível perceber as insuficiências do referido conceito, a partir da caracterização da assimetria, expressa no subsistema em suas relações centro-periferia, dimensionando as "inconfidências" como manifestações típicas de desajuste social em relação a uma situação colonial.

PAULO DE SALLES OLIVEIRA

*

* *

RIOUX (Jean Pierre). — *La révolution industrielle: 1780-1880,* Paris, Editions du Seuil, 1971.

O livro de Jean Pierre Rioux, sobre a revolução industrial, vem enriquecer ainda mais a historiografia contemporânea sobre o assunto. Procura dar uma nova visão histórica sobre a época que marcou o advento das indústrias e operários, com suas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Dentro de seu pensamento contemporâneo, aborda o assunto a partir de uma interpretação relativista, apresentando uma revisão histórica sobre a revolução industrial.

Da mesma forma que o marxismo não se justificou como um modelo para todas as sociedades (como pretendia Marx), mas sim como uma apresentação de princípios básicos que poderiam ser adaptados, segundo as realidades de cada país, o autor em questão procurou refazer o conceito de revolução industrial.